

Identidade e representações sociais na construção da imagem da cidade: uma análise conceitual

*Elisete de Souza Ramão Paz*¹

*Daniel Luciano Gevehr*²

*Carlos Fernando Jung*³

Identity and social representations in the construction of the city image: a conceptual analysis

Identidad y representaciones sociales en la construcción de la imagen de la ciudad: un análisis conceptual

Resumo

A pesquisa discute os conceitos de identidade cultural e de representações sociais, bem como as possíveis relações que se podem estabelecer entre os dois conceitos e o processo de construção das imagens da cidade. Para tanto, foram selecionadas 27 publicações das bases de dados Scielo, Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES, com avaliações entre A1 e B2, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e Interdisciplinar no Sistema Integrado Capes *WebQualis*. Com isso, buscou-se compreender o estado da arte no campo de pesquisa que relaciona a cidade com os processos de produção identitária e de representações sociais.

Palavras-chave: *Identidade cultural; Representações sociais; Imagem; Cidade.*

1 Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: contato@elisetepaz.com.br

2 Pós-doutor em História e professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: jung@faccat.br

3 Pós-doutor em Engenharia de Produção e professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: danielgevehr@faccat.br

Abstract

The research discusses the concepts of cultural identity and social representations, as well as the possible relationships that can be established between the two concepts and the process of construction of the city's images. For this purpose, 27 publications were selected from the Scielo, Google Scholar and CAPES Journals databases, all with ratings from A1 to B2, in the areas of Urban and Regional Planning and Interdisciplinary, in the Integrated System Capes WebQualis. With this, we sought to better understand the state of the art in the field of research, which relates the city with the processes of identity production and social representations.

Keywords: *Cultural identity; Social representations; Image; City.*

Resumen

La investigación discute los conceptos de identidad cultural y representaciones sociales, así como las posibles relaciones que se pueden establecer entre los dos conceptos y el proceso de construcción de las imágenes de la ciudad. Para ello, se seleccionaron 27 publicaciones de las bases de datos Scielo, Google Scholar y Portal de Periódicos CAPES, todas con valoraciones de A1 a B2, en las áreas de Planificación Urbana y Regional e Interdisciplinar, en el Sistema Integrado Capes WebQualis. Con esto, buscamos comprender mejor el estado del arte en el campo de la investigación, que relaciona la ciudad con los procesos de producción de identidad y representaciones sociales.

Palabras clave: *Identidad cultural; Representaciones sociales; Imagen; Ciudad.*

Considerações iniciais

Não há como abordar a questão da identidade sem falar da dimensão cultural. Analisando os antecedentes históricos do conceito de cultura, encontra-se, ainda na virada do século XVIII para o século XIX, uma definição que concebe a cultura como tudo aquilo que o ser humano adquire ao longo de sua vida em sociedade (LARAIA, 2009). Pode-se perceber que essa ideia toma a cultura como algo aprendido, não adquirido de forma inata. Assim, cultura é algo que pode ser estudado sistematicamente, a fim de formular leis e regras para sua compreensão, considerando a dimensão histórica e social, ou seja, é construída e repassada pelos atores sociais, seja na esfera global ou regional.

Segundo Laraia (2009, p. 45), “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam”. Para Hall (1999, p. 71), “uma identidade está profundamente envolvida no processo de representação”. Nessa mesma linha de raciocínio, encontram-se as contribuições de Nicolini (2013), afirmando que as identidades se constroem historicamente, por meio de representações sociais ou culturais.

Este estudo, de revisão sistemática, reúne contribuições acerca dos conceitos de identidade cultural e representações sociais, buscando estabelecer possíveis relações entre esses conceitos. Propõe-se a analisar os elementos necessários para a construção e consolidação da imagem de cidade. Com esse propósito, buscou-se nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES pelas expressões “identidade cultural”, “imagem” e “representações sociais”. Foram selecionados somente os artigos publicados em periódicos classificados nos estratos entre A1 e B2 do Sistema Integrado Capes *WebQualis*, nas áreas de avaliação “Planejamento Urbano e Regional” ou “Interdisciplinar”. Foram identificados 27 artigos, todos em língua portuguesa.

Com base na leitura dos artigos, realizou-se uma análise conceitual, estabelecendo um diálogo entre os autores, a respeito dos temas identidade cultural e

representações sociais, bem como das expressões e elementos contidos neles, como: globalização, cultura, localidade, espaço, etnicidade, desenvolvimento local e regional, imagem e cidades. O quadro apresenta uma síntese das publicações utilizadas na revisão de literatura, em ordem cronológica, relacionando cada publicação à sua área de avaliação e ao estrato recebido.

Quadro 1 – Síntese das publicações de 1991 a 2014 – estratos entre A1 e B2, das áreas de avaliação “Planejamento Urbano e Regional”, e “Interdisciplinar” – Sistema Integrado Capes WebQualis.

Ano	Autor (ES)	Área de publicação/avaliação	Estrato (WEBQUALIS)
1991	Chartier, R.	Planejamento Urbano e Regional	B2
1993	Spink, M.J.P.	Planejamento Urbano e Regional	A1
1997	Vala, J.	Interdisciplinar	A2
1998	Abreu, M.A.	Planejamento Urbano e Regional	B1
1999	Matta, I.	Interdisciplinar	B1
1999	Seyferth, G.	Interdisciplinar	B1
2002	Kashimoto, E.M.; Marinho, M.; Russef, I.	Planejamento Urbano e Regional	B1
2003	Grubtis, S.; Darrault-Harris, I.	Interdisciplinar	A2
2003	Grünewald, R.A.	Planejamento Urbano e Regional	A2
2003	Oliveira, M.S.B.S.	Planejamento Urbano e Regional	A2
2004	Neves, L.A.	Interdisciplinar	B1
2005	Batista, C.M.	Planejamento Urbano e Regional	B1
2005	Carvalho, F.A.L.	Interdisciplinar	A2
2005	Fávero, M.H.	Interdisciplinar	A1
2007	Fontanelle, I.A.	Interdisciplinar	A2
2008	Bonomo, M.; Trindade, A.Z.; Souza, L.; Coutinho, S.M.S.	Interdisciplinar	B1
2008	Carvalho, J.G.S.; Arruda, A.	Interdisciplinar	A2
2009	Castilho, M.A.; Arenhardt, M.M.; Bourlegat, C.A.	Planejamento Urbano e Regional	B1
2009	Duarte, S.J.H.; Mamede, M.V.; Andrade, S.M.O	Planejamento Urbano e Regional	A1
2009	Porto, M.S.G.	Interdisciplinar	A1
2010	Alves, E.P.M.	Planejamento Urbano e Regional	A2
2010	Reis, E.P.	Planejamento Urbano e Regional	A2
2012	Leitão, J.A.; Santos, M.S.T.	Interdisciplinar	B1

Ano	Autor (ES)	Área de publicação/avaliação	Estrato (WEBQUALIS)
2013	Lima, L.N.H.	Planejamento Urbano e Regional	B1
2013	Santana, M.A.; Mollona, M.	Planejamento Urbano e Regional	A2
2013	Santos, M.J.; Carniello, M.F.; Murade, J.F.G.	Planejamento Urbano e Regional	B1
2014	Lima, A.C.C.; Simões, R.; Monte-Mór, R.L.M.	Planejamento Urbano e Regional	B1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Não se desconhece a vasta produção científica nacional e internacional existente sobre o tema da pesquisa, publicada em forma de livros, *e-books*, anais de eventos e coletâneas, que serviram de base para o aprofundamento do tema. Entretanto, o objetivo deste estudo foi selecionar, identificar e analisar a produção científica sobre o tema nas principais bases de dados disponíveis.

Dessa forma, torna-se possível ampliar a discussão sobre o tema, trazendo as contribuições mais recentes publicadas em periódicos científicos qualificados. Pode-se observar que a maioria das publicações é de 2002 em diante (21 de 27 artigos), o que demonstra que os estudos a respeito dos temas identidade cultural e representações sociais, que visam ao desenvolvimento local e regional, são mais recentes.

Identidade Cultural e representações sociais: uma análise crítica da produção

Com base na leitura das publicações encontradas, procurou-se estabelecer um diálogo entre os autores, buscando compreender os temas e direcionamentos de análise, a fim de estudá-los e conceituá-los. Portanto, apresenta-se, nesta discussão, uma análise crítica sobre a produção científica que dialoga com os temas identidade cultural e representações sociais, procurando compreender as diferentes perspectivas apresentadas e como elas se relacionam com o processo de construção da imagem da cidade.

A discussão se inicia com Grubits e Darrault-Harris (2003), que investigaram a relação existente entre o ambiente, a identidade e a cultura, tendo como

objeto de estudo as comunidades Guarani/Kaiowá e Kadiwéu, do Mato Grosso do Sul. Os resultados da pesquisa mostraram como o ambiente natural interfere diretamente no processo de construção da identidade e na produção da cultura material e imaterial dessas comunidades.

Tendo como ponto de tensão o processo de mudanças que um indivíduo pode sofrer, causando, muitas vezes, até desconforto, Santana e Mollona (2013) abordam, em seu artigo, as identidades sociais da cidade do Rio de Janeiro, ressaltando que o processo de construção da memória e da identidade nunca se faz de forma simplificada, mas sempre de maneira conflituosa e disputada. Para os autores, a memória serve para conectar o passado e o presente, a fim de preparar o futuro, buscando reunir diferentes elementos que passam a constituir essa memória.

Santos (2004, p. 59) amplia essa discussão, afirmando que “a definição da própria identidade cultural implica em distinguir os princípios, os valores e os traços que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades”. Batista (2005, p. 30), por sua vez, escrevendo sobre memória e identidade, segue a mesma linha de pensamento de Santos (2004, p. 59) quando menciona que, “por identidade, entendemos os aspectos peculiares de um determinado povo com suas crenças, ritos e experiências comuns que formam a identidade particular”. O autor afirma que essa construção da identidade vai se moldando quando um determinado grupo se apropria de seus valores, perpetuando-os em sua história e passando de geração a geração.

Hall (2006), por seu turno, vê a identidade cultural como uma construção dos sujeitos, que se dá por meio dos processos sociais. O autor explica que, se a identidade cultural fosse inata, ela não precisaria ser evocada, evidenciada e narrada. Segundo ele, a luta pela afirmação identitária emerge sempre que há alguma dúvida ou incerteza; assim, esse esforço por evidenciar determinada identidade cultural pode ser percebido em diferentes tempos e lugares, na

medida em que as pessoas buscam por referenciais históricos que sustentem o discurso que pretendem afirmar.

Entende-se que vivemos um processo em que estas identidades, antes coesas e duradouras, estão “[...] entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). Corroborando com esse pensamento está o raciocínio de que não existe uma identidade unificada, mas sim diversas identidades que convivem na atualidade, sejam elas culturais, étnicas, de gênero e outras (NICOLINI, 2013).

Retomando os estudos de Hall (2006, p. 1), percebe-se que ele vai além nessa discussão, afirmando que “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social” e “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. O autor chama de “crise de identidade” a parte de um processo de mudança mais amplo, que está “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p. 1).

Para elaborar uma análise mais apurada sobre a construção e a consolidação da identidade cultural e da imagem de uma cidade, faz-se necessário, primeiramente, compreender a globalização, bem como a relação existente entre o global e o local. A globalização pode ser compreendida – de forma mais geral – como o conjunto de transformações recentes na economia do planeta, que causaram uma ampliação dos fluxos de mercadorias e uma integração entre os países, resultando em um mundo interligado, já preconizado por Milton Santos (1988). Trata-se de uma grande transformação caracterizada por profundas mudanças impostas à nossa civilização desde o início do século; uma verda-

deira subversão que o mundo conheceu a partir do final da 2ª Guerra Mundial, quando, por intermédio da globalização, uma fase inteiramente nova da história humana teve início.

Nessa direção, a globalização pode ser entendida não somente com base em uma visão econômica, mas também em uma perspectiva de análise social e política. Do ponto de vista socioeconômico, destacam-se nesse processo as novas formas de internacionalização do capital, o avultamento dos grandes monopólios, as modernas redes informatizadas, a rápida internacionalização da produção, o crescimento do comércio, que se torna, em alguns casos, mais rápido que o processo de fabricação do produto, entre outros (JARDIM; OLIVEIRA, 2009).

Já do ponto de vista da análise social e política, encontram-se, entre vários aspectos: um sistema cultural global, o surgimento das novas tecnologias, a convergência tecnológica versus novos processos societários, perda (ou alteração) da noção de espaço, tempo, distância (JENKINS, 2008). Henry Jenkins, em seu livro *Cultura da convergência* (2008), analisa como os avanços tecnológicos têm alterado o estilo de vida das pessoas, a maneira de se relacionarem, de fazerem negócios e, até mesmo, de conduzirem suas vidas pessoais. Segundo ele, num dado momento, uma pessoa pode se comunicar com alguém do outro lado do mundo por meio de computadores ou dispositivos móveis instantaneamente, sendo esse um dos resultados da globalização.

Já de acordo com Mattelart (2005, p. 90), “[...] a globalização nomeia o projeto de construção de um espaço homogêneo de valorização, de unificação das normas de competitividade e de rentabilidade em escala planetária”. Muitos autores acreditam que a globalização deveria se limitar a significar o projeto de capitalismo mundial integrado, mas a terminologia transpassa as fronteiras da geoeconomia e da geofinança, espalhando-se pela sociedade.

Com base nesta definição de globalização, é possível perceber que este processo transcende a esfera econômica, atingindo também a sociedade e suas

organizações, em consonância com a linha de pensamento de autores como Jardim e Oliveira (2009), Jenkins (2008) e Santos (2006). Para todos esses autores, e especificamente para Nicolini (2013, p. 22), “o movimento de integração entre as diferentes áreas do globo acaba trazendo consigo uma série de consequências, as quais se refletem diretamente na forma como as regiões se organizam”.

Ainda na visão de Hall (2006), a globalização é um processo de mudança que ele chama de “modernidade tardia”. Para ele, sociedades modernas são sociedades de mudança constante, rápida e permanente, sendo essa a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”. Essa discussão remete ao conceito de “modernidade líquida” – amplamente discutido nos estudos de Bauman – e também usado por Fontenelle (2007), que se vale de vários intelectuais da psicologia para se referir à maneira contemporânea de se pensar o sujeito moderno como um eu maleável, multiforme, camaleônico, disposto a assumir quantas identidades forem necessárias para sua sobrevivência social.

Na discussão sobre a globalização, devem ser analisados, em particular, o ritmo e o alcance da mudança – “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 2002, p. 6) – e a natureza das instituições modernas. Para Hall (2006), isso é radicalmente novo, em comparação às sociedades tradicionais (por exemplo, o estado-nação ou a mercantilização de produtos e o trabalho assalariado), ou tem uma enganosa continuidade com as formas anteriores (por exemplo, a cidade), organizadas em torno de princípios bastante diferentes.

Considera-se importante examinar também o estudo de Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009), que analisam o processo de construção da cultura e da identidade do assentamento Aroeira, em Chapadão do Sul (MS). Os autores concordam que as particularidades que cada sociedade apresenta, quanto à organiza-

ção e à satisfação de suas aspirações, são fundamentais para sua identificação cultural. Para eles, “toda cultura passa por processos de construção de significados culturais, sociais e econômicos que são internalizados pelos próprios membros que fazem parte do grupo ou sociedade e por meio deles vão construindo a sua identidade” (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009, p. 162).

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se dizer que, nas sociedades modernas, a questão cultural está sempre em voga, unindo discussões acerca da economia e da territorialidade, levantando, inclusive, pontos contraditórios: “A tentativa de homogeneizar as culturas fez parte, durante muito tempo, da economia global, que ignorava as diferenças territoriais em função de uma uniformização das condições de produção” (NICOLINI, 2013, p. 16). O autor explica que, na atualidade, no entanto, com a retomada da dimensão territorial dos diversos espaços mundiais, forma-se uma rede de economias regionais, que busca atender às demandas locais, valorizando a diversidade de manifestações presentes em cada território. Dessa forma, as corporações globais tendem a identificar e valorizar as particularidades territoriais, para obter sucesso em seus empreendimentos.

Globalização e cultura: conceitos que se aproximam

Percebe-se, com base nos autores selecionados, que os conceitos de globalização e cultura estão intrinsecamente ligados, assim, o próximo ponto da discussão é dedicado, especificamente, a esse assunto. Inicia-se a análise com a ideia apresentada por Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009, p. 162), que conceituam cultura como “[...] um conjunto de atividades e crenças de uma sociedade ou grupo que se compõe por aspectos estáticos e dinâmicos”.

Ampliando esse estudo, atentamos para as reflexões de Kashimoto, Marinho e Russef (2002, p. 35), em artigo sobre cultura, identidade e desenvolvimento local. Os autores concordam com a discussão apresentada anteriormente, mas

propõem que “cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar ao meio ambiente natural e social”.

Os estudiosos propõem, ainda, uma gama de definições consagradas sobre cultura, no intuito de delimitar o conceito, caracterizando a cultura como “um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEF, 2002, p. 35). Nesse sentido, sugerem que a cultura abrange diferentes aspectos da vida, como *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relacionados a roupas e alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sociopolítico e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, bem como atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

Já Hall (1997) identifica a centralidade da cultura na maneira pela qual ela faz parte de nossas vidas, mediando todas as relações sociais. O autor argumenta que isso provoca mudanças na vida cotidiana, interferindo nas outras dimensões da realidade – economia, política, sociedade. Nesta perspectiva, pode-se entender que a cultura é vista como um local de diferenças e de lutas, cujos efeitos agem diretamente na sociedade. Assim, observa-se que os estudos culturais contribuem para pensar a identidade cultural e suas relações com o desenvolvimento regional – conforme o que é afirmado por Nicolini (2013, p. 17): “pensar o processo de desenvolvimento regional implica [...] em considerar também a dimensão cultural como elemento fundamental da dinâmica social”.

Reis (2010) concentra sua investigação no campo da cultura, da mediação e dos referenciais de políticas públicas, concordando com essa ideia, em especial no que diz respeito à denominada cultura popular, que pode ser vista como “herança”, uma vez que é uma categoria cujos sentidos são variáveis e construídos, em conformidade com as relações e os conteúdos jogados em dinâmicas específicas. Para a autora, “diversidade de heranças e tradições” é a síntese que definiria a cultura popular.

Para Santos, Carniello e Murade (2013, p. 16), “a resistência da cultura popular resulta da função estratégica que as práticas têm para a percepção da singularidade dos membros da comunidade em relação ao entorno regional”. Seguindo esse mesmo ponto de vista, Baller (2008) evidencia a questão da cultura e das identidades diante do processo de homogeneização, ao analisar diversas perspectivas teóricas acerca da globalização, embora o conceito de globalização tenha começado a ser utilizado, principalmente na década de 1980, com mais frequência associado às transformações econômicas.

É no contexto da globalização que a concepção de cultura, como espaço de poder e de mediação entre as diferentes dimensões da realidade – economia, política, sociedade – assume uma importância cada vez maior. Nessa linha de pensamento, Nicolini (2013, p. 28) acrescenta que “as manifestações culturais representam aquilo que as pessoas sentem, pensam e vivem num tempo em que a realidade derruba as certezas do passado, tornando o presente incerto e o futuro insólito”.

Retomando as ideias de Hall (1997), percebe-se que, segundo o sociólogo, o processo de globalização tende a transformar o mundo em um lugar único, tanto do ponto de vista espacial e temporal quanto cultural. Nesse contexto, Baller (2008) retoma o conceito de globalização, como um elemento que conduziria os indivíduos a uma aproximação do passado, uma volta às suas “origens” como forma de evidenciar a sua identidade diante dos processos de padronização cultural (NICOLINI, 2013).

O estudo de Nicolini (2013) permite pensar, ainda, na utilização do termo interculturalidade, para definir a forma como diferentes culturas e identidades são colocadas em circulação, diante do cenário de globalização, em que cada território, região ou nação atua, comunicando ao mundo suas heterogeneidades por intermédio de diferentes linguagens. O autor acredita que o pós-modernismo põe fim às grandes narrativas, que até recentemente foram os fundamentos da filosofia e da política ocidentais – como o progresso, o

desenvolvimento, o Iluminismo, a racionalidade, dentre outras –, dando lugar aos questionamentos acerca da diferença e da identidade.

A reflexão proposta a respeito da relação entre globalização e cultura abre um leque para a discussão de novos assuntos, como espaço e localidade, que, por sua vez, estão relacionados entre si, no processo que envolve a construção da identidade cultural. Porém, antes mesmo de examinar esses conceitos, é fundamental pensar no termo etnicidade, como um conjunto de “[...] fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico”, conforme definição de Grunewald (2003, p. 145). O autor explica que a “distintividade dessa identidade, para caracterizar um grupo étnico, deve se remeter a noções de origem, história, cultura e, até raça comuns” (GRÜNEWALD, 2003, p. 145). Em sua pesquisa sobre as relações entre turismo e etnicidade, ele afirma que é importante para os grupos étnicos portarem e demarcarem suas marcas culturais e históricas, indicando que, quando eles não as possuem, muitas vezes as criam, para fortalecer sua distintividade étnica.

Outra contribuição valiosa no campo da cultura é trazida pelo texto “Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro”, de Giralda Seyferth (1999), que aponta como a etnicidade pode incluir a possibilidade de uma integração político-econômica à sociedade nacional. Entendendo a importância da etnicidade na construção da identidade cultural de um povo ou de uma cidade, pode-se aprofundar as reflexões sobre localidade e espaço. Iniciando a discussão pelo conceito de espaço, os estudos revelam que, dentro do espaço geográfico, há “quatro tipos de geografias”, as quais podem ser explicadas, resumidamente, da seguinte forma: a tradicional – refere-se à superfície terrestre, ao espaço geográfico e privilegia a forma; a quantitativa – refere-se à organização espacial, sendo o espaço relativo e a função enfatizada; a crítica – valoriza a estrutura e o social, concebendo o espaço como relativo e absoluto, resultado da formação social; e a geografia cultural – valoriza o espaço vivido, a identidade do grupo, o lugar.

Em relação à dimensão geográfica, atenta-se para o fato de que “o valor de um dado elemento do espaço [...] é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou” (SANTOS, 2006, p. 26). Nesse sentido, o autor afirma que a geografia poderia ser construída com base na consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1978). Os elementos fixos, organizados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio ambiente; os fluxos novos ou renovados recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinindo cada lugar.

Neste contexto, o conceito de espaço relaciona-se com a ideia de lugar, paisagem, território e região, num misto entre material e humano (SANTOS, 2006). Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009, p. 164), em seu artigo sobre cultura e identidade, definem o espaço como “[...] um lugar que sempre toma novas formas, isto é, processo de reprodução da vida humana”. Afirmam, ainda, que o espaço se caracteriza pela “distribuição dos bens ou serviços e também pela localização física dos indivíduos ou grupos sociais em um determinado lugar”. Para os autores, a ocupação e o valor econômico, ou o valor da cultura no contexto global, são fatores determinantes para se definir a valorização do espaço que, segundo eles, ocorre de forma bastante distinta.

Para melhor compreender a discussão proposta, destaca-se que, segundo os autores, o território pode ser entendido como o “somatório dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área, com os fatos construídos pelos homens”. Lima (2013), em seu artigo “A constituição de um território identitário pela garantia dos direitos fundiários: o sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga”, apresenta a história de uma comunidade que se esforça para se manter em seu território e garantir os direitos à terra, utilizando o termo essencialismo para se referir ao resultado da emergência de movimentos identitários, que se caracterizam por uma supervalorização do local, em decorrência de suas especificidades, em contraposição à homogeneização que a globalização instituiu. A autora enfatiza que o essencialismo se

refere a uma prática baseada em uma naturalização de identidades e culturas, com essência imutável, como meio de obtenção de direitos.

Torna-se fundamental lembrar que os principais teóricos da Escola Francesa de Sociologia Urbana (Lefebvre, Harvey e Castells) desenvolveram estudos que buscavam definir o espaço de uma forma abrangente, considerando-o um agente ativo na configuração dos processos sociais (LIMA; SIMÕES; MONTE-MÓR, 2014). Além disso, por meio da análise da problemática espacial sob essa ótica mais abrangente surgiram diversos estudos sobre a importância das escalas territoriais para o desenvolvimento econômico, “o que gerou novas recomendações de políticas de desenvolvimento territorial, cujo objetivo deve ser o estímulo da dinâmica nacional nas mais variadas esferas de governo (local, regional, nacional etc.)” (LIMA; SIMÕES; MONTE-MÓR, 2014, p. 224).

Realizando uma reflexão mais atenta sobre a literatura, percebe-se que os autores fazem uma análise espacial bastante significativa, seguindo a visão de Lefebvre (1991) sobre o espaço como um produto social, uma vez que os indivíduos produzem seu próprio espaço por meio de suas relações sociais, de suas bases produtivas e culturais. Nesse sentido, o espaço serve como ferramenta de ideias e ações e funciona como um meio de controle e dominação.

Nesta linha de pensamento, Neves (2004, p. 140) afirma que “reencontrar temporalidades é também reencontrar lugares e identidades”. Em seu artigo sobre literatura, memórias e cidades, a autora trabalha com duas categorias relacionadas ao ato de recordar: espaço e tempo. Sobre essas categorias, afirma que “a busca incessante do tempo passado relaciona-se à dos espaços das vivências coletivas e individuais”, acrescentando que, “diante da fragmentação da vida, os espaços (lugares) são fundamentais para a construção e solidificação de identidades” (NEVES, 2004, p. 141).

As ideias apresentadas por Santos (2006), por sua vez, dão a entender que elementos exteriores aos limites do lugar podem ser negativos para a construção e consolidação da identidade de um povo ou indivíduo; porém, Kashimoto, Marinho e Russef (2002) apresentam outra visão sobre isso, referindo-se à cultura erudita local, que se revela extremamente positiva. Quase divergindo desse ponto de vista, Hall (2003, p. 36) apresenta uma afirmação que desconstrói, em parte, a ideia da “força do lugar” no processo de construção de uma identidade cultural na atualidade, dentro de um contexto em que a globalização da cultura tenta impor formas de vida que não consideram as diferenças culturais: “como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o lugar”. O autor apresenta esses dois movimentos contraditórios de homogeneização e de diferenciação, como forma indispensável para se pensar as questões locais e regionais, principalmente quando se pretende analisar as relações entre as identidades culturais de um território e os projetos de desenvolvimento para ele elaborados (NICOLINI, 2013).

Nas considerações finais do artigo de Kashimoto, Marinho e Russef (2002), os autores salientam também a necessidade de projetos de pesquisa, cujo objeto seja a valorização da identidade cultural da comunidade, como uma dimensão indispensável para se pensar o desenvolvimento local. Os autores argumentam ainda que o desenvolvimento local pressupõe um conjunto de pré-condições para seu crescimento, com vistas à manutenção da identidade local. Conforme os autores, “a afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 41).

Para os autores estudados, a valorização humana é fator predominante para o desenvolvimento local, uma vez que “a práxis do desenvolvimento pode

ser entendida como o exercício para uma ação mais efetiva que envolve o indivíduo por meio da práxis comunitária na qual se encontra face a face com a comunidade” (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009, p. 161). Nessa perspectiva, pode-se enxergar o indivíduo como um ser social, que pertence a uma classe ou grupo social, tendo um espaço onde pode se expressar, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar e transformar sua realidade.

Uma das características do desenvolvimento local proposto por diversos autores leva a entender que se trata de um processo dinamizador da sociedade, para melhorar a qualidade de vida de sua comunidade (CASTILHO; ARENHARDT; BOURLEGAT, 2009). Seguindo essa linha de pensamento, entende-se o desenvolvimento local como um processo de transformação social, cultural, econômico e político, em que os maiores beneficiários serão os membros de uma sociedade. Alves (2010), em seu estudo sobre diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular, analisa a construção de um universalismo global na Unesco, que corrobora com essa ideia, argumentando que o núcleo da relação entre cultura e desenvolvimento em países como o Brasil passa, necessariamente, pelo tenso equilíbrio entre diversidade cultural e desigualdade social.

Ainda preocupados com a discussão sobre comunidade, no sentido de se unir forças para diminuir as desigualdades sociais, Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009, p. 162) acreditam ser essa uma forma de se praticar a solidariedade, na medida em que esse é “[...] o lugar onde compartilhamos sentimentos e valores ou buscamos a companhia de pessoas que pensam ou sentem as mesmas emoções; lugar em que procuramos ser solidários como uma forma de dar vida a nossa própria existência”.

Nessa visão, a comunidade é um elemento fundamental, que permite estabelecer a cooperação, a solidariedade e a ação social, além de representar um espaço privilegiado para iniciativas de desenvolvimento local. Seus defenso-

res acreditam que a realidade globalizada faz com que as pessoas busquem sempre a autoafirmação, devido às constantes mudanças e à individualização da sociedade; nesse sentido, a identidade das comunidades locais passa a ser um contínuo construir.

Nicolini (2013, p. 18) tem uma visão mais ampla sobre esse aspecto, pois acredita que “o desenvolvimento se dá a partir de estratégias diversas, a partir de diferentes atores que contracenam no âmbito regional, estabelecendo relações com o espaço global”. Nesse sentido, uma região é vista como “o cenário do processo de desenvolvimento planejado e desencadeado pelos referidos atores”. O autor pondera, ainda, que existem inúmeras formas de se compreender esse cenário, o qual pode ser visto como um simples espaço de ação ou então como um território, que compreende uma complexidade de elementos não considerados na primeira concepção, privilegiando as ações dos atores locais/regionais no lugar onde se opera esse processo (NICOLINI, 2013, p. 18). Com isso, “o papel da cultura e da identidade cultural no desenvolvimento regional vem à tona no momento em que buscamos compreender a dimensão territorial dos diferentes lugares em que os atores sociais interagem” (NICOLINI, 2013, p. 16). Para o autor, considerar a dimensão do território significa perceber que uma região transcende um espaço geográfico delimitado pela natureza ou por questões de outra ordem.

Nessa perspectiva, é indispensável considerar a identidade cultural de um território como algo que se constrói em tempos e espaços determinados, com base nas suas próprias características, sejam elas físico-naturais ou histórico-culturais (FLORES, 2006). Para pesquisadores como Nicolini (2013) e Flores (2006), essas construções identitárias dão sentido ao território onde diferentes atores se relacionam, do mesmo modo que a natureza impõe certos limites às ações humanas e a formação sócio-histórica atribui ao lugar um conjunto de especificidades que não podem ser negadas ou invisibilizadas, quando se pretende criar projetos de desenvolvimento para uma região.

Segundo Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009, p. 162), é notória a necessidade de valorização da cultura como um aspecto importante para o desenvolvimento, pois “só assim as pessoas podem ter mais facilidade de encontrar soluções criativas para os problemas enfrentados no seu cotidiano de vida, fortalecendo ainda mais sua identidade e valores”. Os estudiosos acreditam que a cultura gera e transmite os valores de geração a geração, tornando-se necessário conhecer a realidade cultural de um grupo social local em profundidade.

Percebe-se que cultura, espaço social, localidade, entre outros fatores, integram o processo de construção de identidade que, para os semioticistas, permite identificar traços ou conjuntos de traços comuns entre dois ou mais objetos. Para Grubits e Darrault-Harris (2003), por exemplo, essas discussões são indispensáveis para fundamentar a estrutura elementar da significação.

Quanto às questões que dizem respeito ao conceito de representações sociais, Duarte, Mamede e Andrade (2009) trazem um breve histórico da Teoria das Representações Sociais, que surgiu na obra de Serge Moscovici, intitulada *La psychanalyse: son image et son public*, publicada na França, em 1961. Os autores mencionam, também, o sociólogo Durkheim que trabalhara, anteriormente, com as representações coletivas, assinalando que as representações sociais não pertencem a um único campo de conhecimento, uma vez que elas possuem suas raízes na Sociologia, atravessam a Psicanálise de Freud e se desenvolvem na Psicologia Social de Moscovici, sendo posteriormente aprofundadas por outros autores como Denise Jodelet. Esse percurso dos estudos sobre representações sociais mostra parte da complexidade dos estudos nesse campo interdisciplinar.

Tomando essa questão como ponto de partida, Duarte, Mamede e Andrade (2009, p. 622) trazem várias definições, afirmando que as representações sociais devem ser vistas como uma maneira de compreender e representar o que já sabemos e enfatizando que elas “ocupam uma posição, em algum

ponto, entre conceitos que têm como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções que reproduzam o mundo de forma significativa”. Os autores destacam, ainda, que as representações sociais desempenham um papel fundamental na interpretação da realidade.

Oliveira (2003) realizou um estudo sobre a contribuição de Serge Moscovici a respeito das representações sociais e suas relações com a sociedade, em que afirma que as representações não derivam de uma única sociedade – visto que poderia ultrapassá-la, como insistiu Durkheim. Segundo o autor, elas são fruto das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior, portanto, não podem ultrapassá-la.

Para Porto, no artigo intitulado “Mídia, segurança pública e representações sociais”, a representação social é compreendida como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. A autora afirma que a importância das representações sociais na vida cotidiana está na possibilidade de guiar, “no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma defensiva” (PORTO, 2009, p. 216).

Bonomo, Trindade, Souza e Coutinho (2008), em estudo intitulado “Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais”, definem representações sociais como a “realidade comum”, que, de certa forma, disponibiliza ao indivíduo o patrimônio necessário às identificações e diferenciações sociais, tendo em conta sua afiliação e o reconhecimento do seu pertencimento a um determinado grupo social.

Carvalho amplia a discussão sobre o conceito, na medida em que sua pesquisa examina as representações coletivas na perspectiva proposta pelo teórico francês Roger Chartier. Para Carvalho (2005, p. 151), “as representações per-

mitem também avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constroem e propõem para si mesmos e para os outros”.

Partindo das pesquisas realizadas por Denise Jodelet, outra importante teórica dos estudos sobre representações, Porto (2009) considera relevante o fato de que, neste mundo complexo, plural, fragmentado e, sobretudo, desigual, característico da modernidade, os indivíduos não detêm, de modo igualitário, o potencial de produção de sentidos, explicação e enfrentamento do mundo, na forma das representações sociais. Ao contrário disso, a autora destaca que apenas alguns indivíduos, grupos ou setores da sociedade se constituem em protagonistas desse processo. Os demais, que formam de fato a maioria, apenas consomem conteúdos (normas, valores etc.) que não produziram. Ou seja, segundo a autora, é nesse contexto que surge a força da mídia em suas diferentes facetas, protagonizando, de modo crescente, essa função pragmática de “explicar o mundo” e produzir significados para fatos e acontecimentos, sob a forma de representações sociais.

Concordando com a linha de raciocínio apresentada por Porto (2009) e Spink (1993), tem-se os estudos de Leitão e Santos (2012), que pesquisaram a imagem jornalística e as representações sociais. Para as autoras, seria importante considerar, nesse contexto, o conceito de *agenda-setting*, uma vez que, segundo elas, o público dá importância a acontecimentos enfatizados pelos meios de comunicação de massa. Explicam, ainda, que a mídia coloca na ordem do dia os assuntos, dando ênfase e centralidade ao que quer ou ao que é interessante para um grupo de pessoas.

Em seus estudos sobre representações sociais e percepções intergrupais, Vala (1997) articula dois tipos particulares de representações sociais: as polêmicas, que se ancoram no conflito implícito ou explícito entre grupos sociais; e as emancipadas, que se voltam para as relações de cooperação entre grupos sociais. O autor discute a tipologia proposta por Moscovici para capturar a pluralidade de ancoragens das representações sociais, utilizando as definições de

Durkheim de representações sociais coletivas ou hegemônicas, e de Jodelet, para falar das emancipadas.

Fávero (2005), por seu turno, contribui para lançar outro olhar sobre o tema, estudando as representações sociais com base na perspectiva do Desenvolvimento Psicológico e da Mediação Semiótica. Seu estudo apresenta o viés do paradigma pessoal, que preserva a identidade única e particular do sujeito, sem, no entanto, apartá-lo do coletivo, caso seja preservada a noção de internalização como transformação. Há que se considerar também as posições de Matta (1999), que concorda com esse pensamento, ao afirmar, em seu artigo “As representações de experiências sociais enquanto mediadoras do processo de construção de significações partilhadas”, que o estudo dos modos de participação em atividades socioculturais e as transformações em nível da compreensão e da responsabilidade são fundamentais numa abordagem do processo de desenvolvimento.

Para concluir a discussão sobre representações sociais, pode-se mencionar, ainda, os estudos de Carvalho e Arruda, que estabeleceram um diálogo entre a teoria das representações sociais e a história, argumentando que “[...] estudos em representações sociais podem ser enriquecidos com a dimensão histórica, não apenas porque toda representação se refere a um tempo-espço, mas porque a própria historicidade está na base da transformação social” (CARVALHO; ARRUDA, 2008, p. 446).

Entende-se que a comunicação consiste em um processo no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, resultando em uma negociação social, da qual participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos. Vala (1997) salienta a importância das atividades de comunicação ao abordar a questão da identidade social, concebida como um resultado da resposta que os indivíduos dão às perguntas: “Quem sou eu?” e “O que significa pertencer a este grupo?”. Na visão do autor, está implicado um processo de associa-

ção do eu a uma categoria social, ou seja, o processo de autocategorização social e a identidade que dele decorre são determinados tanto por fatores socioestruturais como por fenômenos de comunicação, de aprendizagem e de reflexividade.

Para entender a questão da imagem nesse contexto, deve-se considerar as contribuições de Hall (1999, p. 71) ao afirmar que “uma identidade está profundamente envolvida no processo de representação”. Pode-se, com isso, considerar que a forma como a identidade de uma cidade é representada tem relação direta com a imagem construída e projetada junto ao seu público, assim como com a imagem percebida por eles. Nesse sentido, a afirmação de Nicolini (2013, p. 32) contribui para se pensar essa questão, na medida em que o autor enfatiza que “a construção de identidade se dá a partir de narrativas que ordenam e dão sentido ao imaginário dos atores sociais”.

Sobre as possíveis leituras que se pode realizar de uma imagem, Leitão e Santos (2012) concordam que é importante levar em consideração dois componentes principais, que podem ser de ordem material (recursos técnicos, óticos e eletrônicos) e de ordem imaterial (mentais e culturais). Os autores acreditam que, em muitos casos, quando se analisa a imagem de uma cidade, por exemplo, existe certo descompasso entre o que acontece nas mudanças efetivas, em algumas regiões do país, e o que é representado – muitas vezes mostrado em formatos preestabelecidos de imagens caricatas. Eles consideram também a memória como outro aspecto importante para quem estuda a relação entre imagem e identidade, uma vez que a memória é um elemento fundamental que constitui a imagem e faz parte do processo de construção da identidade de um lugar ou cidade.

Ainda sobre a questão da imagem, cabe mencionar as reflexões de Chartier (1991, p. 184), ao se referir à “relação de representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga”.

Acrescente-se a esse universo conceitual, a discussão acerca das cidades. Nos estudos selecionados observa-se, tanto no artigo de Neves (2004), “Literatura, memória e cidades: interseções”, quanto no de Abreu (1998), “Sobre a memória das cidades”, que as questões relativas ao passado e à memória são imprescindíveis para uma análise sobre as cidades e, sobretudo, para o entendimento do processo que envolve a construção de sua imagem, uma vez que ambos concordam que a memória é a base para se compreender o processo que envolve a construção de imagens e representações sobre a cidade e seus lugares.

Nessa perspectiva, deve-se enfatizar a ideia apresentada por Abreu (1998, p. 86), para quem “a cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas histórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço”. Neves (2004), por sua vez, enfatiza que as cidades nas quais vivemos são a essência do presente imposto, mas as cidades das quais nos lembramos são alimentos das reminiscências, uma espécie de essência de um passado perdido.

Considerações finais

A maioria das produções examinadas neste artigo, mais precisamente 77,8%, foi publicada após 2002, o que evidencia que grande parte dos estudos sobre identidade cultural, voltadas para a compreensão da esfera local – em especial das cidades –, são recentes e vêm recebendo maior atenção na atualidade. Essa ideia é fortalecida pela constatação de que 22,2% das publicações, anteriores a 2002, são da área de Psicologia e trazem como perspectiva de análise as questões relacionadas a representações sociais e imagem, ao mesmo tempo em que somente as publicações mais recentes problematizam aspectos ligados à identidade cultural.

Constata-se uma diversidade de perspectivas investigativas, observando-se, entre os autores, uma forte influência da Sociologia, bem como da Psicologia. Por outro lado, percebe-se uma presença significativa de estudos com influências advindas do campo da Economia, com seus objetos centrados, especialmente, nas áreas da História e da Geografia.

Tornou-se evidente a grande influência da interdisciplinaridade nos estudos sobre o tema, uma vez que se observa, nas pesquisas sobre identidade cultural e seus elementos – como etnicidade, cultura, globalização, espaço, lugar –, a presença expressiva de geógrafos, de historiadores, de sociólogos e de economistas, com forte influência teórica interdisciplinar. Já no campo dos estudos sobre representações sociais, imagem e cidades, ganham notoriedade os estudos advindos, em grande parte, dos campos da Psicologia, da Comunicação Social e, em menor grau, da História.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. XIV, n. 1, p. 77-97, jan. 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 539-560, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/07.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BALLER, Gisele Inês. *Espaços de memória e construção de identidades: estudo de dois casos na região de colonização alemã no RS*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de

Janeiro, v. 5, n. 3, p. 24-33, dez. 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/93/88>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BONOMO, Mariana *et al.* Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, Lisboa, v. XXII, n. 1, p. 153-181, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ptp/a/3FyHVVPd6HLzWYYKqKySHSG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41423>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 41, n. 18, p. 445-456, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/paideia/a/ZBKG85KCxmFwxqYgjV4SfMH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CASTILHO, Maria Augusta; ARENHARDT, Mauro Mallmann; BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. *Interações*, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/inter/a/YShpPh585LMvwWJQVLLWq3Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-188, abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DUARTE, Sebastião Junior Henrique; MAMEDE, Marli Villela; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. *Saúde Social*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 620-626, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/sausoc/a/JNbhZ3dKdrKGdYXJrr6m7ft/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FÁVERO, Maria Helena. Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais: por uma articulação teórica e metodológica.

Psicologia: Teoria e Pesquisa, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ptp/a/fLTw96wccSqtB4dwq9GmQzJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte*. Santiago: RIMISP, 2006.

FONTENELLE, Isleide Arruda. Construção e desconstrução de fronteiras e identidades organizacionais: história e desafios do McDonald's. *RAE*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 60-70, jan./mar. 2007. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol47-num1-2007/construcao-desconstrucao-fronteiras-identidades-organizacionais-historia>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan. Ambiente, identidade e cultura: reflexões sobre comunidades Guarani/Kaiowá e Kadiwéu de Mato Grosso do Sul. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, n. 15, v. 1, p. 182-200, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/psoc/a/yQMvtRS8G7HPYCKvxSVyhSB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ha/a/wL5drZ99NFQhhjdFzMyyyMd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Cultura, mídia e educação. Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 10 ago. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

JARDIM, Antonio de Ponte; OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Globalização, neoliberalismo e Estado-Nação: reflexões analíticas. *Perspectiva Sociológica*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 1-15, maio/out. 2009. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/439/0>. Acesso em: 10 ago. 2019.

JENKIS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento, *Interações*, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/575>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1991.

LEITÃO, Juliana Andrade; SANTOS, Maria Salett Tauk. Imagem jornalística e representações sociais: a imagem dos Sertões. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 133-155, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v35n1/08.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Espaço, cidades e escalas territoriais: novas implicações de políticas de desenvolvimento regional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 223-242, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ecos/a/ZFMCyQfxL5cXTxK5trjLM6g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LIMA, Luana Nunes Martins. A constituição de um território identitário pela garantia dos direitos fundiários: o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural

Kalunga, *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 25, v. 3, p. 503-512, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a05.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MAALOUF, Amin. *Les identités meurtrières*. Paris: Bernard Grasset, 1998.

MATTA, Isabel. As representações de experiências sociais enquanto mediadoras do processo de construção de significações partilhadas. *Análise Psicológica*, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 39-48, jan. 1999. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/5857>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

NEVES, Lucília de Almeida. Literatura, memória e cidades: interseções. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 137-145, 1º sem. 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12550>. Acesso em: 10 ago. 2019.

NICOLINI, Cristiano. *A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari: etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de estrela e do 47. Festival do Chucrute*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

OLIVEIRA, Márcio. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 180-186, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hxygmJs8PvY8S54bqn8hdzQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

REIS, Eliana Tavares. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. *Revista Sociedade e Estado*,

Brasília, v. 25, n. 3, p. 499-523, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/se/a/DvTr6Yh83GpvP6TRWgWdXmq/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTANA, Marco Aurélio; MOLLONA, Massimiliano. Trabalho e ação coletiva: memória, espaço e identidades sociais na cidade do aço. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 125-148, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ha/a/nrg7g9JCXbtZsMQSZJbBZJh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, nov. 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84940>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 1988.

SANTOS, Milton; POLANYI, Karl. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História das Ideias*, Porto, v. 1, n. 1, p. 7-20, 1977. Disponível em: http://www.adelinotorres.info/desenvolvimento/Karl%20Polanyi_A%20nossa%20obsoleta%20mentalidade%20mercantil.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Moacir José; CARNIELLO, Monica Franchi; MURADE, José Felício. Relações entre cultura popular, capital social e desenvolvimento sustentável no município de São Luís do Paraitinga – SP – Brasil. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1685>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Reinaldo Soares dos. *O encanto da lagoa: o imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada*.

2004. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/mana/a/cqt8LfXvF8grKdHPwCQYGcN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SPINK, Mary Jane Paris. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csp/a/3V55mtPK8KXtksmhbkctkj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VALA, Jorge. Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXII, n. 140, p. 7-29, 1997. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840494M6zFQ7xv9Rd55BV5.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Recebido em: 29 de setembro de 2020

Aprovado em: 11 de maio de 2021